

Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Rio das Flores

LEI Nº 1.616 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio das Flores para o exercício financeiro de 2012.

A Câmara Municipal de Rio das Flores aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Público do Município de Rio das Flores para o exercício financeiro de 2012, estima a receita e fixa a despesa em R\$35.033.126,00 (trinta e cinco milhões, trinta e três mil cento e vinte e seis reais).

Art. 2º O quadro demonstrativo da receita estimada e despesa fixada segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo I da Lei Federal 4.320/64, apresenta o seguinte desdobramento:

RECEITA TOTAL	35.033.126,00
---------------	---------------

Receita Corrente:	35.023.126,00
-------------------	---------------

- | | |
|--------------------------|---------------|
| • Tributária | 1.731.670,00 |
| • Contribuição | 145.000,00 |
| • Patrimonial | 950.000,00 |
| • Serviço | 221.160,00 |
| • Transferência Corrente | 31.406.066,00 |
| • Outras Correntes | 569.230,00 |

Receitas de Capital:	10.000,00
----------------------	-----------

- | | |
|---------------------|----------|
| • Alienação de Bens | 2.000,00 |
| • T. de Capital | 8.000,00 |

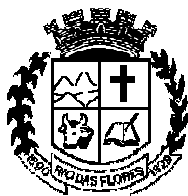
DESPESA TOTAL	35.033.126,00
---------------	---------------

Despesa Corrente:	32.663.056,78
-------------------	---------------

- | | |
|------------------------------|---------------|
| • Pessoal | 18.358.491,24 |
| • Outras Correntes | 14.284.565,54 |
| • Juros e Encargos da Dívida | 20.000,00 |

Despesa de Capital:	2.370.069,22
---------------------	--------------

- | | |
|-------------------------|--------------|
| • Investimento | 1.542.069,22 |
| • Amortização da Dívida | 460.000,00 |
| • Reserva Contingência | 368.000,00 |



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Rio das Flores

Art. 3º A arrecadação da receita obedece a legislação vigente, a saber:

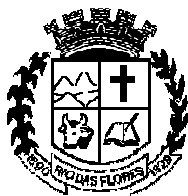
- a) Tributos de competência municipal, bem como os acréscimos e penalidades diversas, foram instituídos pelo Código Tributário e alterações;
- b) Repasses financeiros, transferidos de outras pessoas de direito público interno, conforme Constituição Federal e Leis Complementares;
- c) Rendimentos sobre o patrimônio econômico (receita patrimonial e alienações) nos termos da Lei Federal 3.071/16 (Código de Contabilidade Pública); Lei Federal 4.320/64 e Lei 8.666/93, Lei Federal sobre Licitações.

Art. 4º A despesa será realizada de acordo com as normas de direito financeiro e será controlada e codificada por função, categoria econômica e unidades administrativas, estas a saber:

PODER LEGISLATIVO	35.033.126,00
• Câmara Municipal	1.665.883,58
PODER EXECUTIVO	33.367.242,42
• S. M. Governo	1.362.710,00
• S. M. Planejamento	433.360,00
• S. M. Fazenda	1.228.930,00
• S. M. Administração	1.124.840,00
• S. M. Educação	9.127.390,00
• S. M. Agropecuária	800.420,00
• S. M. Cultura e Turismo	1.250.010,00
• S. M. Obras e S. Públicos	5.477.472,42
• S. M. Esporte e Lazer	425.020,00
• F. M. Assistência Social	1.120.720,00
• F. M. Habitação e Urbanismo	1.180.540,00
• F. M. de Saúde	7.553.170,00
• F.M.Direito da Criança e Adolescente	51.000,00
• Fundo Socioambiental de R. Flôres	1.863.660,00
• Reserva de Contingência	368.000,00

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o montante de 25% desta Lei, independentemente da movimentação prevista no art. 6º, desde que os recursos não sejam provenientes de operações de crédito.

Art. 6º A Administração Pública Municipal, visando a melhor execução do Orçamento, poderá transferir dotações entre programas de uma mesma unidade administrativa, como também transferir dotações entre categorias econômicas de um mesmo programa, até o limite máximo de 20% do orçamento.



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Rio das Flores

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio das Flores, 13 de dezembro de 2011.

Paulo Roberto Figueiredo Vinagre

Presidente

Pedro Paulo da Rosa

Vice-Presidente

Tereza Cristina Meyer Cabral Machado

1ª Secretária

Braz Rogério Mendes da Costa

2º Secretário

De acordo com as atribuições a mim conferidas pela legislação em vigor sanciono a presente Lei.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2011.

Luis Carlos Ferreira dos Reis

Prefeito Municipal